

# NOSSA CAPA



## EM TORNO DA RECEPÇÃO DE UM PENSAMENTO MILITAR-NAVAL NA MARINHA: A circulação de saberes na *Revista Marítima Brasileira* (1851-1945)\*

MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO\*\*  
Capitão de Fragata (IM)

---

### SUMÁRIO

Introdução  
Enquadramento teórico-metodológico  
Dispersão de artigos  
Teóricos  
Articelistas  
Conclusões

### INTRODUÇÃO

Com que limite podemos pressupor que as operações militares do passado obedeceram a algum tipo de doutrina?

Como podemos afirmar que uma determinada ação militar se subsumiu a certos princípios de guerra? Ou que foi influenciada pelas ideias de tratadistas que, atualmente, são considerados estrategistas

---

\* Artigo complementado e baseado na monografia de conclusão do Curso Superior da Escola de Guerra de Naval, orientada pelo Capitão de Mar e Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida, a quem agradeço.

\*\* Professor de História da Escola Naval. Doutor em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

clássicos? É corrente, em uma historiografia dedicada a temas de história militar, certa instrumentalização de determinados pressupostos advindos das teorias doutrinárias para a explicação de operações militares que se desenrolaram no passado. A partir dessa chave interpretativa, muitos historiadores, sobretudo aqueles que também dispõem de formação militar, facilmente identificam elementos presentes nas obras de Antoine-Henri Jomini ou de Carl von Clausewitz, por exemplo, na condução da Guerra do Paraguai e, principalmente, na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Contudo, o uso apriorístico e a frágil problematização de tal instrumentalização frequentemente fazem com que ela suplante a constituição de um enquadramento teórico-conceitual do objeto, incorrendo toda a pesquisa em desvios de paralaxe.

Nesse caso, abandona-se o esforço de conceptualização que deveria contribuir para a própria elucidação do problema de pesquisa em prol da adoção de categorias estruturantes, componentes de um modelo explicativo extemporâneo, que acabam por reduzir os pontos de visada. Disso resulta não apenas uma compreensão deformada do tema em análise, promovida por uma perspectiva analítica enrijecida e anacrônica, mas até certa especificação, quase instantânea, de um “lugar de fala” do autor (CERTEAU, 2011). Para além, o uso indiscriminado e cristalizado de abrangentes categorias explicativas – para não ser exaustivo, apenas alguns exemplos: estratégia, domínio do mar, guerra de corso, surpresa, logística

etc. – pode eliminar as oportunidades de se compreender como aqueles atores do passado entendiam, manejavam e empregavam essas mesmas categorias em seu universo de ação. Nessa perspectiva, as experiências de vida do passado terminam enviesadas em benefício da aplicação de preceitos teóricos estruturantes, muitas vezes extrínsecos àquela realidade.

Nomeadamente para os estudos de história militar-naval, sequer se sabe exatamente se os militares brasileiros que vivenciaram e experimentaram aqueles conflitos conheciam os teóricos considerados clássicos para a reflexão em torno da guerra. Assim, diante dessas observações preliminares, este artigo pretende discutir se houve um pensamento estratégico naval

na Marinha no período 1851-1945, em que bases esteve alicerçado e quais seus limites. Além disso, procura identificar quem eram os tratadistas ou estrategistas privilegiados na

### **A *RMB* pode ser considerada um reflexo das transformações do pensamento naval brasileiro**

instituição, quando se tornaram preponderantes e em que circunstâncias passaram a figurar. Trata-se da apresentação dos resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, que pretende compreender a guerra em seu momento científico, mas respeitando seus significados tomados a partir dos conceitos disponíveis para aqueles que a fizeram e não a partir daqueles que são atualmente correntes.

Uma das maneiras de se aproximar dessas questões é por meio da análise das páginas da *Revista Marítima Brasileira (RMB)*<sup>1</sup>. A *RMB* é uma publicação periódica principiada em 1851 e, em grande medida, pode ser considerada um reflexo

<sup>1</sup> Doravante, *RMB*.

das transformações do pensamento naval brasileiro. O periódico surgiu exatamente em um momento de protagonismo da Armada Imperial, no contexto da Guerra contra Oribe e Rosas. Nessa conjuntura, de transição de navios de propulsão a vela para vapor, discutia-se intensamente o impacto da industrialização sobre a Armada, seu delineamento adequado ao Império, à defesa da costa, do território e do comércio, bem como os meios necessários, seus custos e suas possibilidades de operacionalização (ARIAS NETO, 2001; RESTIER, 2013, pp. 157-213).

A finalidade da *RMB* estava não apenas vinculada à publicação de textos que pudessem “contribuir para o aprimoramento de nossa Marinha de guerra e mercante”, mas também a “propagar ideias tendentes a dar impulso à administração da Marinha e suas delegações”, conforme assinalava o programa de seu primeiro número (*RMB*, 1851, p. 2). A revista também pretendia se afirmar como uma publicação que pudesse garantir a memória da instituição, eliminando as “sombras do esquecimento”, de modo que os oficiais da Marinha pudessem relativizar sua “obediência passiva”, viabilizando suas “aspirações políticas”. Com esses termos reivindicativos, de evidente natureza política, a revista poderia também contribuir para satisfazer certo programa civilizacional, típico do século XIX, já que se destinava, ainda, a “atestar na velha Europa que o Brasil a acompanha nos pensamentos de grandeza”.

Ao examinar os percursos da publicação, Arias Neto (2013) concluiu que a revista se tornou um assento para consignação da ilustração e civilização propalada por um grupo de oficiais, bem como um meio pelo qual tais oficiais poderiam interferir nos destinos da instituição e da Nação. Suas páginas desvelam então um projeto de Brasil imaginado por um grupo de milita-

res, que agora dispunham de uma extensão do espaço público, destinado a projetar a Marinha para o vértice das discussões em torno da “Nação civilizada”, tema frequente àquela altura (GUIMARÃES, 1988).

Mediante as questões elencadas, elegeram-se percorrer os volumes da *RMB* compreendidos entre 1851 (sendo que há interrupção de sua publicação entre 1855 e 1881) e 1945 para o desenvolvimento desta pesquisa. Seu propósito mais abrangente é identificar e analisar a referenciação de teóricos geralmente considerados clássicos, abaixo explicitados, nos artigos da *RMB* ao longo do período em lide. Trata-se, sem paradoxo, de uma pesquisa inédita, que visa satisfazer questão ainda lacunar na historiografia.

Sabe-se que houve uma intensa circulação de informações sobre temas militares ao longo dos Oitocentos. Para referir não mais que um exemplo, o ministro da Marinha, Joaquim Delamare, citava, em seu relatório de 1863, o combate de Hampton Roads para advogar pelas necessidades de melhoramento técnico nos navios da Armada (*apud* GUIMARÃES, 2019, p. 23). No ano seguinte, encomendava o Encouraçado *Brasil* na França, primeiro navio brasileiro a dispor de couraça, depois essencial nas operações fluviais da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Desconhece-se, todavia, se esses ministros e oficiais de Marinha tinham notícias de obras que gozavam de significativo impacto e prestígio na Europa e nos Estados Unidos, a exemplo daquelas redigidas por Jomini, Clausewitz e Alfred Thayer Mahan.

A redação deste artigo observou o seguinte itinerário: em primeiro lugar, são apresentados brevemente o quadro teórico e a metodologia empregada. Em seguida, são examinados os dados relacionados ao volume e à distribuição dos artigos que

se debruçam sobre questões relacionadas ao pensamento militar e que mencionam os teóricos aqui considerados clássicos, porque largamente difundidos. A seção intitulada “Dispersão de Artigos” versa mais especificamente sobre a incidência desses tratadistas e de sua dispersão ao longo daqueles mesmos anos. Por fim, ainda em benefício do desenvolvimento, são tecidas algumas considerações sobre os autores desses artigos na *RMB*. A conclusão é o resultado desse percurso analítico proposto.

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A metodologia desta pesquisa parte da história quantitativa, estatística e serial que se desenvolveu pela década de 1960. Nessa ocasião, quando se conformava a história demográfica e social, o método buscava fontes primárias, mormente cartoriais, para privilegiar informações que eram reiterativas, como a idade média dos casamentos e óbitos em uma determinada sociedade. Massas documentais, até então esquecidas em arquivos, permitiram iluminar outros ângulos das sociedades medievais e modernas, até então basicamente ignorados. Alguns autores, a exemplo de Ernest Labrousse e Pierre Goubert, tornaram-se célebres por perseguirem as transformações sociais por meio das flutuações de índices usualmente de natureza econômica, como alterações monetárias, de preços, salários e rendimentos (MANDROU, 1988, pp. 21-27; SOBOUL, 1967; FRAGOSO, 2002). Na história econômica, a partir de documentação de outras tipologias (de natureza alfandegária, por exemplo), foram criadas séries de variações comerciais, delineando-se conjunturas e ciclos, como fez Pierre Chaunu (1977) acerca dos fluxos mercantis entre América e Sevilha nos

séculos XVI e XVII. Em alguma medida influenciada pela segunda geração dos *Annales*, tanto na história social como na econômica, prevalecia a perspectiva braudeliana da estrutura como protagonista de uma determinada realidade histórica.

Na história política, ainda na década de 1960, tal metodologia viabilizou estudos de prosopografia, cujo exemplo mais notável parece ser a tese de Lawrence Stone (1965) sobre as vicissitudes da aristocracia inglesa entre os séculos XVI e XVII (TILLY, 1974, pp. 69-73). O método logo se difundiu por muitos laboratórios da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos, e, com o desenvolvimento dos computadores, foi possível processar informações quantificáveis, via cálculo operacional e análise combinatória, de modo cada vez mais complexo. A partir da década de 1970, essa metodologia suportou investigações de propósitos muito diversos, a exemplo daquelas ligadas à micro-história italiana, à cultura política e, mais recentemente, à comunicação e interação entre centros de poder e suas localidades (para citar um exemplo recente, no Brasil, FRAGOSO & MONTEIRO, 2017).

Nesta pesquisa, a base dessa metodologia é aplicada à história do pensamento militar. Entretanto, em vez de se buscarem *nomos* que possam formar séries para marcos demográficos ou para conceitos políticos, procura-se a recorrência de certos autores em uma série de artigos dispersos em um determinado recorte cronológico. A lista completa dos autores selecionados é a seguinte: Nicolau Maquiavel, Gustavo Adolfo, Frederico II da Prússia, Napoleão Bonaparte, Jomini, Clausewitz, Helmuth von Moltke, Mahan, Julian Corbett e Raoul Castex.

Nesse largo interregno, a *RMB* dispôs de periodicidade irregular, sendo mensal, bimestral ou trimestral. A pesquisa se concentrou em um recorte temporal já



Figura 1 – Artigos com o termo “logística” já figuravam nas páginas da *RMB* desde 1882

apresentado, que perfaz praticamente uma centúria. O marco final se justifica, do ponto de vista cognitivo, pelas mudanças significativas impressas no pensamento militar após a Segunda Guerra.

Ainda que a *RMB* tenha deixado de ser editada entre 1855 e 1881, foi possível identificar 1.066 artigos que mencionam os nomes dos autores supracitados. Desse elevado número, 474 foram descartados pelas razões indicadas adiante.

De antemão, vale destacar que a própria palavra “estratégia” aparece nas páginas da revista em 1852 e figura, a partir de então, em 398 artigos. “Tática” é anotada pela primeira vez em 1886, para depois aparecer 147 vezes nesse longo intervalo. Finalmente, “logística” registra-se já em

1882, sendo que depois é novamente grafada somente em 1910, incorrendo em 83 artigos. Seria precipitado, todavia, naturalizar a semântica desses termos, imputando neles ou um sentido perene ou sua concepção corrente; mas o exame de suas acepções, a partir do significado disponível nos textos eucrônicos, terá de ser tarefa futura.

Antes de avaliar os dados, uma nota sobre a viabilidade. Esta pesquisa somente pôde ser exequível graças a um refinado instrumento digital de busca por palavras, elaborado por profissionais que trabalham na *Revista Marítima Brasileira*. Eficiente e acurado, esse recurso informatizado deverá oferecer, com sua disseminação, nova vida e sentido ao valioso acervo da revista.

## DISPERSÃO DE ARTIGOS

Identificar um número significativo de artigos que tratassem da teoria da guerra nas páginas da *RMB* somente contribuiria para exaltar a necessidade urgente de pesquisas que desvelassem as minudências dessa presença. Desse modo, importa, para começar, explicitar a distribuição dessas quase 600 referências àqueles tratadistas (592, mais precisamente) ao longo dos anos, de modo a perceber possíveis ausências e concentrações. Não interessa, ainda, discutir quem são os autores referidos, mas apenas se há autores referidos e como figuram distribuídos.

Para que a visualização seja mais eficiente, um gráfico de dispersão dos dados foi elaborado, relacionando o número de referências localizadas com o ano do intervalo, encontrando-se um perfil conferido por colunas, disposto no Anexo A.

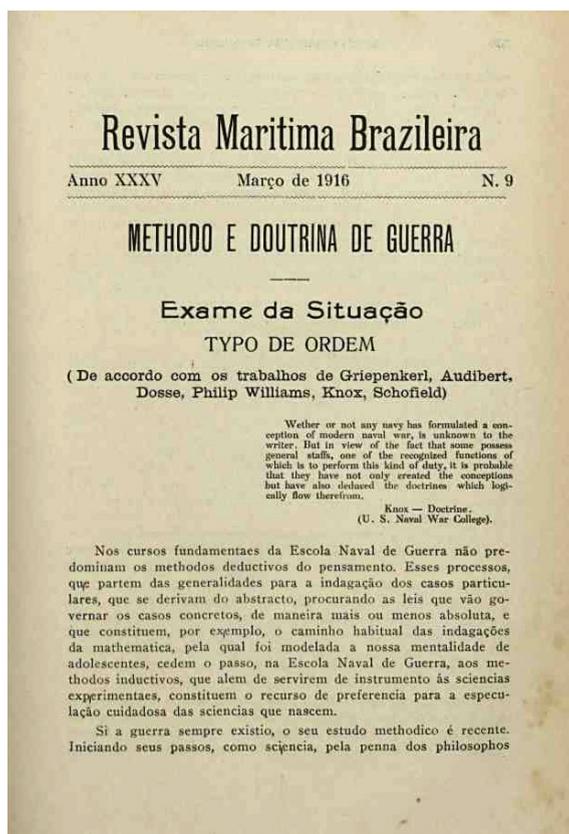


Figura 2 – Na década de 1910, houve um aumento de textos sobre teoria de guerra

Da análise do gráfico, deflui que há poucos autores referenciados na segunda metade do século XIX. Identifica-se um período de incremento entre 1904 e 1908, que soma 31 referências; não deve ser negligenciado, já que em quatro anos constata-se número superior ao período de análise circunscrito ao século XIX (1851-1900), que conta com apenas 22 registros. Mesmo assim, tal incremento representa pouco mais de 5% da incidência de documentos para todo o período, até 1945.

O ano de 1904 foi tomado como base porque é nele em que é lançado o programa naval de reaparelhamento elaborado pelo Almirante Júlio de Noronha, em meio

a uma “reorganização material” mais abrangente, empreendida na gestão do Presidente Rodrigues Alves. O programa de 1904, aprovado nesse mesmo ano em função do empenho parlamentar de Laurindo Pitta, era visto como essencial para que a Marinha pudesse novamente dispor de expressividade bélica do seu material flutuante. Desde a Revolta da Armada de 1893, o desgaste da Força era latente (TOPIK, 2009; VIDIGAL, 2018). O programa era abrangente e orgânico: integrava-se uma reformulação que envolvia material e pessoal, além da construção de um novo arsenal (ARIAS NETO, 2001).

Os principais meios navais previstos pelo programa e aprovados pela Lei nº 30/1904 eram três poderosos encouraçados de cerca de 13 mil toneladas, três cruzadores, além de torpedeiros e submarinos. Porém os estudos táticos adstritos à Batalha de

Tsushima, decisiva na guerra travada entre russos e japoneses, bem como uma mudança ministerial ocorrida na pasta da Marinha, levaram à alteração desse programa, que acabou reformulado na gestão do Almirante Alexandrino de Alencar. As modificações do programa geraram profundo debate e envolveram personalidades públicas, a exemplo de Rui Barbosa (MARTINS FILHO, 2010, pp. 35-42).

Em síntese, a principal comutação efetivada é atinente à substituição dos encouraçados por outros, tipo *dreadnought* (*São Paulo* e *Minas Gerais*), de deslocamento de 22 mil toneladas, e outro, de 35 mil,

jamais recebido. Em 1913, foram agregados três submarinos e um navio tênder para submersíveis (VIDIGAL, 2018). O Brasil passava a dispor dos navios mais potentes do planeta.

Uma das questões a serem adiante respondidas é, exatamente, quem são os autores subjacentes a essas profundas alterações na esquadra. Por ora, basta sublinhar, contudo, que há um incremento quantitativo de textos sobre a teoria da guerra na década de 1910. Ele se traduz por 209 artigos que mencionam estrategistas estrangeiros, o que equivale a 35% de todo o período em análise. Os anos de 1915 e de 1916 são os mais significativos, com 38 e 37 registros, respectivamente; o biênio perfaz mais de 35% dessa década.

Evidentemente, esse aumento contundente de artigos que versam ou mencionam estrategistas não é gratuito e deve, por isso, ser articulado a um conjunto de circunstâncias experimentadas nessa conjuntura. Segundo José Murilo de Carvalho (2005, pp. 13-61), é por volta dos anos 1910 que se difunde um conjunto de certezas que modula os sentidos e as finalidades das Forças Armadas no Brasil. Ao longo da década anterior, em função de muitas conturbações, abandona-se gradualmente a perspectiva de que os militares poderiam se envolver individual e deliberadamente com a política, exercitando uma cidadania imiscuída em atos de iniciativa política própria. Em contrapartida, desenvolve-se a ideia

**Por volta dos anos 1910 se difundiu um conjunto de certezas que modula os sentidos e as finalidades das Forças Armadas no Brasil**

de que os militares, em vez de “cidadãos fardados”, deveriam ser estritamente profissionais, atendo-se aos aspectos técnicos e doutrinários específicos de suas atividades bélicas, assinaladas como precípuas. Nos anos subsequentes, embora de forma não contínua (a conjuntura se modifica a partir da década de 1920), o Exército caminharia em direção a uma profissionalização mais técnica, também devido a um intercâmbio mais ativo com o exterior (MCCANN, 2007).

A Marinha, igualmente, teria buscado sua maior profissionalização a partir desses anos. Os esforços datam da década anterior, não apenas substancializados

nos programas de reaparelhamento, mas também por meio de uma significativa reforma administrativa. Em 1911, por exemplo, o então ministro da Marinha, Almirante Marques de Leão, interferiu no

organograma da Força, ao estabelecer o Estado-Maior da Armada e outros órgãos setoriais. O modelo implementado estava inspirado no organograma da Marinha britânica. Mas a alteração foi efêmera, já que, em 1914, o Almirante Alexandrino de Alencar, novo ministro, criticou a descentralização administrativa tentada por seu antecessor, concentrando as deliberações em suas mãos. As discussões em torno dos modos administrativos da Marinha foram intensas na década de 1910 (CAMINHA, 1989, pp. 40-49).<sup>2</sup>

Para além de questões administrativas, ainda em consonância com as assertivas

<sup>2</sup> As discussões sobre essa reforma administrativa, por extrapolar os limites ora alcançados desta pesquisa, serão apresentadas oportunamente.

de Carvalho (2005), outras transformações são destacáveis para a Marinha e devem ser nomeadas. Em primeiro lugar, cumpre salientar que a chegada dos novos navios, em 1910, já obrigava a uma imensa modernização técnica. Dois outros planos de reaparelhamento foram ainda ensaiados, em 1914 e 1916, mas sem exequibilidade orçamentária, talvez em função do próprio esforço de guerra. Depois, a Revolta dos Marinheiros, em 1910, indicou a necessidade de redefinição da política de pessoal, que devia ser compatível com a realidade tecnológica dos meios navais, com a profissionalização da carreira dos marinheiros e melhores condições de trabalho, em um novo contexto político, agora regido por um ideário republicano (ARIAS NETO, 2001; NASCIMENTO, 2001; MARTINS FILHO, 2010).

A Marinha criou duas escolas de caráter técnico-operacional: a Escola de Submersíveis (1914), para qualificar pessoal destinado à Flotilha de Submarinos, instituída no mesmo ano; e a Escola de Aviação (1916), comandada por Protógenes Guimarães, que participara, na Royal Air Force, da Primeira Guerra Mundial. A própria Grande Guerra, aliás, forçosamente implica circulação de saberes e exigência de atualização.

Além disso, percebeu-se a necessidade de fomentar e discutir uma doutrina naval, preparando os oficiais para o exercício de funções de estado-maior, para o que foi inaugurada a então denominada Escola Naval de Guerra, em 1914.<sup>3</sup> O

projeto original, que não se viabilizou imediatamente, é da gestão ministerial de Júlio de Noronha, de 1903, e se coaduna com seu projeto de aquisição de navios (ALVES DE ALMEIDA, 2014). Após a Revolta dos Marinheiros, na gestão de Marques de Leão, decidiu-se criar um “curso superior”, que contaria inclusive com instrutores estrangeiros para ministrar a disciplina de Tática e Estratégia Naval. Dificuldades orçamentárias e talvez políticas, contudo, obstaculizaram a implantação do curso que, finalmente, existiu com a criação da então denominada Escola Naval de Guerra.

A escola e seu curso visavam “orientar o pensamento desses oficiais para o estudo dos grandes problemas navais”. Com isso, esperava-se que se pudesse estabelecer “uma unidade de pensamento comum que resultasse na formação de uma doutrina de combate”. Do

**Percebeu-se necessidade de doutrina naval que preparasse oficiais para funções de estado-maior, sendo inaugurada a Escola Naval de Guerra em 1914**

corpo docente, fazia parte um oficial da Marinha norte-americana, o Capitão de Fragata Philip Williams, aliás posteriormente um articulista da *RMB*. Outros estrangeiros também eram convidados, a exemplo do Capitão de Fragata Hubert, que proferiu uma conferência intitulada “A prática dos submarinos na guerra”. As disciplinas eram diversas, mas entre elas havia ao menos duas diretamente vinculadas a um esforço de reflexão político-estratégica: Política Naval do Brasil e Constituição das Esquadras, além de Geografia e História Militar Marítima (ALMEIDA, 2014, pp. 16-20).

3 A Naval War College foi estabelecida em 1884 (HONE, 2018).

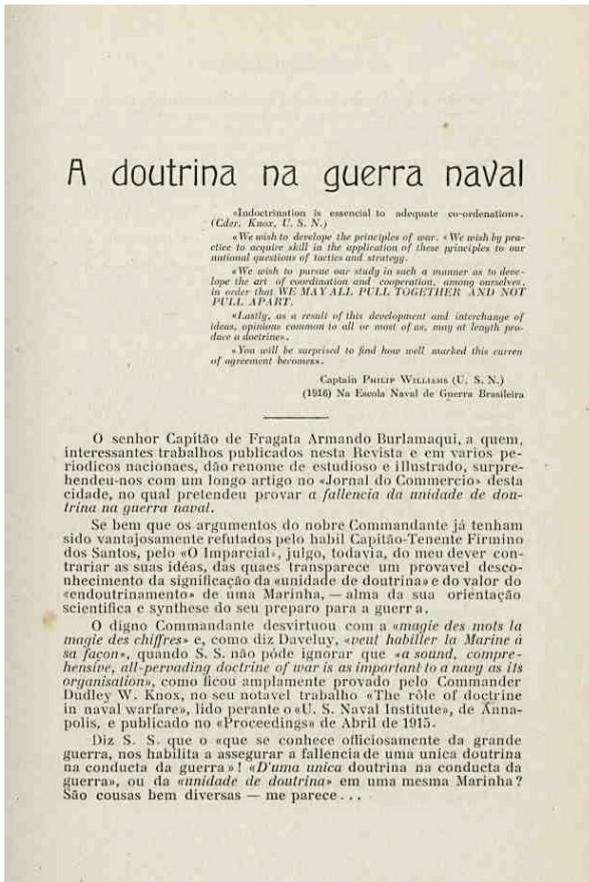


Figura 3 – Artigo publicado na RMB aborda um dos temas explorados na Escola Naval de Guerra

O estabelecimento da escola parece ter tido, assim, algum impacto no desenvolvimento das reflexões sobre teoria da guerra. É o que sugere não apenas a análise dos dados dispostos no Anexo A, mas também a presença de estrangeiros a publicar na RMB (alguns referidos adiante) e, ainda, a publicação de teses defendidas como decorrência da conclusão dos cursos.

Na virada do século XIX para o século XX, a Marinha americana também experimentou um conjunto de modificações relevantes. Os oficiais que protagonizaram essas alterações

ficaram conhecidos como os “insurgentes”. Segundo Hone (2018), o saldo dessas discussões e alterações pode ser sintetizado na formulação de uma doutrina para as operações navais, possibilitando o compartilhamento de preceitos para celeridade das decisões; a implantação de um Estado-Maior Geral, em conformidade com o modelo teorizado e adotado pelos prussianos; uma renovação dos currículos, pautados, a partir de então, em disciplinas como Política, Estratégia, Direito Marítimo, Ciência Militar e Relações Internacionais; o estabelecimento do Naval War College, em 1884; uma reformulação dos procedimentos administrativos, a partir da aplicação dos princípios de administração científica, de Taylor, em estaleiros e arsenais da Marinha americana; a junção dos Corpos da Armada (superfície) e de Máquinas (*engineers*); a modificação do sistema de promoções baseado em antiguidade para outro, assentado no merecimento quantificável, consumado no Line Personnel Act (1916); o aprimoramento da estrutura da Marinha americana para possibilitar planejamento, comando e controle das operações navais, o que culminou na criação do General Board, em 1900, complementado pela criação do cargo de Chief of Naval Operations (CNO), em 1915; e a observância de processos mais eficazes de projetos de navios (estabelecimento de requisitos)

que reconhecessem as reais necessidades da esquadra e das operações. Noutros termos, as transformações vivenciadas pela Marinha do Brasil precisam ser compreendidas em sintonia com as rápidas alterações que se desenrolavam na Europa e Estados Unidos da América. A atualização ou “profissionalização” da força resultava, em grande medida, da velocidade das alterações tecnológicas em curso.

Nesse contexto de novidades, os autores brasileiros que publicavam na *RMB* tinham consciência do grau de inovação que pretendiam promover, como indicam os próprios títulos de seus artigos. Para exemplificar, basta aludir a “Nova doutrina de guerra” e “Sobre a nova doutrina de guerra”, dois artigos publicados em 1915, por Muniz Barreto. Já “Ideias sobre a nova doutrina da guerra” e “Sustentação das ideias sobre a nova doutrina de guerra”, ambos de autoria de José Roberto da Costa, são datados de 1914 e 1915, respectivamente.

As décadas de 1920 e de 1930 têm distribuição irregular de referências clássicas, mas não inexpressiva. A década de 1920 amalha 185 incidências das 592 selecionadas, sendo o ano de 1924 aquele que concentra mais trabalhos que referenciam os autores escolhidos. Os anos de 1925 e de 1926 são também relevantes. A hipótese tentadora, nesse caso, seria imputar à missão americana de 1922 as razões por esses números relativamente elevados. Contudo, ao que parece, a hipótese não prospera, já que a maioria dos artigos não é assinada por oficiais brasileiros. Assim, tal concentração parece se explicar com alguma facilidade: entre 1924 e 1931, foi publicado, de modo parcelado, um extenso trabalho de autoria do Marechal Roberto Trompowsky, intitulado “Escri-

tores militares”, que aportou às páginas do periódico muitas referências àqueles usualmente considerados clássicos. E mais: se subtrairmos esse trabalho das considerações, o resultado é o de que a década de 1920 não é mesmo tão intensa como denota.

Por fim, de 1930 a 1945, a distribuição permanece irregular. São 128 dos 592 artigos que trazem incidências aos autores selecionados. Nesses 16 anos, as incidências são bastante inferiores às décadas de 1910 (209 artigos) e de 1920 (185 artigos). Na década de 1930, encontram-se 99 artigos, pouco mais de 15% de todo o período. Nem mesmo o deflagrar da Segunda Guerra trouxe um desenvolvimento ponderável acerca das reflexões sobre a teoria da guerra na *RMB*. Tanto é assim que, para o período de 1939 a 1945, encontram-se 59 referências, quase 10% do total. Muito menos representativo é o período em que, efetivamente, o Brasil está na Guerra: cerca de 3% do total.

Para melhor visualização da evolução das citações aqui examinadas, foi pertinente aplicar uma regressão linear quadrática aos dados recolhidos. A curva decorrente (Anexo B) confirma, matematicamente, o movimento geral e a irregularidade anteriormente apontada: um intenso crescimento no número de citações no início do século XX, seguido por um declínio desproporcional.

A verificação desses dados já permite uma conclusão parcial: não houve uma evolução quantitativa das discussões em torno da estratégia nas páginas da *RMB* após a década de 1910. O que se percebe é praticamente uma ausência de artigos sobre esses temas no século XIX, uma fase de incremento após 1904 e uma profunda virada temática a partir da década de 1910. E, finalmente, alguma dispersão irregular,

mas ainda representativa, nos anos de 1920 e 1930, sem alterações substanciais durante a Segunda Guerra.

## TEÓRICOS

Uma vez explicitada a distribuição das incidências gerais de artigos que fazem referências a estrategistas, importa agora apresentar quem são os autores discutidos nas páginas da revista. É desnecessário insistir que o conhecimento desses autores é que permitirá delinear e perscrutar um perfil doutrinário que circulava e se discutia no intervalo de tempo proposto.

Dos autores selecionados, Maquiavel, embora o mais antigo, foi imediatamente desconsiderado, já que, curiosamente, inexistem resultados para este autor. Uma hipótese a perseguir oportunamente, a partir do cruzamento de outras fontes primárias, seria a de que o secretário florentino foi rechaçado pela pena dos oficiais em função de suas assertivas vinculadas ao realismo político, a uma “ética da necessidade” e ao desprezo de uma “excelência moral” de matriz católico-escolástica, muito presente na filosofia política ibérica desde os tempos medievais (ALBUQUERQUE, 2007, pp. 54-89). Outra hipótese, mais pragmática, é a de que poderia inexistir, de fato, um conhecimento efetivo da obra do humanista na Marinha do período analisado. Maquiavel não escreveu, evidentemente, para o universo marítimo. Depois, tal hipótese também se fortalece quando se pondera a tradução tardia de *O Príncipe* para a língua portuguesa, empreendida no início da década de 1930 (MONTEIRO, 2014, p. 34).

Napoleão, cuja incidência figura no outro extremo (474 artigos o mencionam

nesse intervalo), também foi desconsiderado, já que sua presença nesses anos é quase uma constante. Sua presença é quase 200% maior do que o autor que, em uma sequência decrescente, mais aparece. Sobre essa constatação, impende apenas uma consideração: o general não escreveu exatamente um tratado de guerra, mesmo assim é extremamente referido, tendo ocupado primazia no imaginário da Marinha. Napoleão escreveu memórias, cartas e notas diversas, amalhadas recentemente por Bruno Colson (2015) e propagadas pelo mercado editorial como se fosse um tratado coeso.<sup>4</sup> Seus escritos não configuram, entretanto, uma reflexão epistemológica ou sistemática acerca da natureza do fenômeno da guerra (CABRAL, 2018, p. 254). Apenas como exemplo – para evitar avançar longamente na discussão –, Napoleão nem sequer avaliza, nos últimos anos de sua vida, o uso da palavra “estratégia” ao escrever que “quanto à estratégia, não entendo grande coisa. Não sei o que é uma posição estratégica, por mais que me tenha esforçado. Sequer entendo muito bem a palavra” (BONAPARTE, 2015, p. 129). Assim, ao que parece, o general devia figurar mais como uma referência erudita a autores militares, que possivelmente leram suas biografias ou escritos esparsos, do que uma oportunidade eficaz de reflexão sobre os significados da condução da guerra.

A ilustração presente no Anexo C consolida a recorrência dos autores na *RMB*, demonstrando também suas proporções em termos percentuais. É necessário sublinhar aqueles mais expressivos: Mahan assume a primeira posição (30%), seguido por Moltke (23%). Jomini e Clausewitz têm presença basicamente semelhante, de 12% e 11%. Eles são seguidos por Castex

4 Publicado genuinamente em francês, em 2011, pela Editora Perrin.

(9%) e por Frederico da Prússia (7%). Uma hipótese inicial era que Corbett fosse mais referenciado, em função da circulação de seus escritos no Reino Unido; sua presença, todavia, é de apenas 5% do total, inferior a autores, *a priori*, mais distantes das realidades de um pensamento naval da primeira metade do século XX. Seus resultados se aproximam mais daqueles de Gustavo Adolfo da Suécia, general distante, dos Seiscentos, que ocupa apenas 3% dos artigos em lide.

Parece necessário agora propor algumas céleres considerações sobre esses autores, em que pese o propósito deste trabalho não seja discutir a conformação de um pensamento estratégico no século XIX. Seja como for, cumpre ressaltar que Jomini foi um dos autores militares mais influentes até a Segunda Guerra. Talvez esse sucesso intenso e prolongado possa ser explicado a partir de três fatores: sua alegação própria de que sistematizava o pensamento de Napoleão,

a quem serviu; o fato de sua obra ter sido publicada em língua francesa, símbolo de civilização e circulação de saberes nos Oitocentos; e ainda a propositura de um receituário considerado, em geral, simples, pautado em respostas inequívocas e principiológicas para a atuação dos exércitos em guerras (CORVISIER, 1998, p. 492). Em suma, a tese principal de sua obra, emblemática aliás de um paradigma cognoscível mecanicista, é a de que a guerra pode ser vencida pela estratégia, regida por princípios universais e imutáveis. Seu ponto nevrálgico consistia na concentração de forças em um ponto decisivo de um teatro

de guerra e, tanto quanto possível, sobre as linhas de comunicação do inimigo (BLIN & CHALIAND, 2016, pp. 554-562).

Clausewitz, em meio ao *boom* tecnológico da Revolução Industrial, contribuiu para as discussões em torno da construção de um discurso científico da guerra (KEEGAN, 2006, pp. 18-93; PARET, 2015, pp. 244-249). Sua máxima mais conhecida – embora imperfeita – é a de que a guerra é a continuação da política por outros meios (HOWARD, 2002; STRACHAN, 2013; LOUREIRO & SOUZA RIBEIRO, 2020).

Mahan não apenas foi muito influenciado por Jomini, como também leu Clausewitz, mencionando-o, contudo, muito rapidamente em seu trabalho *Naval Strategy* (MAHAN, 1911, pp. 120 e 279). Sistematizou a guerra no mar, considerada essencialmente pouco sujeita a variações tecnológicas, apostando no método histórico para a formulação de concepções estratégicas. Defendia que a guerra naval operava no corte das

### **A função primordial das Marinhas era controlar o comércio marítimo e proteger linhas de comunicação, mediante o domínio do mar**

comunicações marítimas, comprometendo a possibilidade de manutenção de uma nação em combate. Para Mahan, as guerras eram vencidas a partir do estrangulamento do comércio marítimo do inimigo. Assim, a função primordial das Marinhas era o controle do comércio marítimo e a proteção das linhas de comunicação, mediante domínio do mar. Tal domínio seria alcançado por uma batalha decisiva, depois considerada uma das teorias estratégicas mais ofensivas de emprego do “poder naval”. Ela seria vencida pela esquadra que fosse dotada de meios navais encouraçados, com grande deslocamento,

canhões de grosso calibre e concentração e cadência de fogo naval. Se a concentração era relevante, então considerava inadmissível dividir uma esquadra (CESAR, 2013, pp. 41-42; WEDIN, 2015, pp. 26-36; CROWL, 2015).

Já Corbett, em alguma medida, deslocou a teoria militar de Clausewitz para a guerra naval e considerou o domínio do mar algo relativo, com validade circunstancial, privilegiando seu uso e controle. A guerra naval figurava assim mais articulada à guerra terrestre. Em vez de uma batalha decisiva – evitada por aquelas forças navais que não dispunham da supremacia dos mares –, reclamava por outra teoria de emprego do poder naval, nomeadamente a “esquadra em potência”, capaz de restringer o uso do mar pelo inimigo. Nas palavras de Coutau-Bégarie (2010, p. 437), para Corbett “a batalha não é um fim em si mesma [...já que], as batalhas decisivas têm sido muito raras na história [...assim], e o domínio do mar não é nada além do que o controle das comunicações marítimas”.

Dispostas essas considerações basilares sobre esses teóricos, é imperioso lembrar que Jomini e Clausewitz têm incidência basicamente semelhante na *RMB*. Mahan é o autor mais expressivo, enquanto Corbett, um dos menos. De todo modo, esse resultado sugere que, a despeito de Clausewitz – preocupado primordialmente com a guerra terrestre – ter contado com prestígio nas páginas da *RMB*, o deslocamento de suas considerações para a guerra naval não encontrou eco substancial. Tal constatação é, sem dúvida, instigante; suas explicações, todavia, extrapolam os limites até agora estabelecidos para esta pesquisa.

De todo modo, não custa já indicar hipóteses que podem pavimentar caminhos de investigação no futuro. Não é razoável afirmar que se trata de uma questão

linguística, que poderia sim explicar, por exemplo, alguma demora na recepção de Clausewitz no Brasil, já que sua obra foi escrita originalmente em alemão, idioma menos difundido no Brasil da virada dos Oitocentos para os Novecentos. Mahan, que escreveu em inglês, foi rapidamente recebido; mas Corbett não foi. Ou seja, a questão não se explica apenas pelo idioma, senão também pela afinidade. Uma hipótese mais aceitável seria a de que o Brasil foi significativamente afetado pelas influências norte-americanas, cujo marco mais emblemático é a missão de 1922. Dada a preponderância do pensamento de Mahan nos Estados Unidos, similaridade haveria sua incidência no Brasil. Outra hipótese a ser perseguida é a de que os oficiais da Marinha não correlacionaram diretamente, naquela altura, o pensamento de Corbett ao de Clausewitz. Nesse caso, enquanto uma citação ao general prussiano poderia tornar o articulista reputado, uma vez que afirmava sua atualização em termos de teoria militar, menções a Corbett não atraíam leitores, nem sequer cristalizavam a notabilidade dos autores brasileiros. Ainda nesse diedro, será que a baixa incidência do britânico pode ser explicada, também, pelo fato de não ter sido um oficial de Marinha?

Qualquer que seja a hipótese demonstrável, tarefa ainda por fazer, a simples identificação da recorrência dos autores selecionados seria insuficiente para demonstrar sua importância na *RMB*, mesmo que de um ponto de vista quantitativo. A mera apresentação percentual poderia, para além, oferecer impressões falaciosas. Por exemplo, sendo Mahan o mais presente, poderia estar muito concentrado em alguns poucos anos, o que demandaria hipóteses ou explicações adicionais; se assim fosse, a presença de Mahan não passaria de um acidente. Assim, para que

se possam alcançar os propósitos enunciados, faz-se mister examinar como a recorrência desses autores varia ao longo dos anos. A apresentação dos dados foi, então, ordenada de modo crescente.

Conforme se depreende do Anexo D, a partir do gráfico que explicita a distribuição das ocorrências de Gustavo Adolfo, esse estrategista contou referências pontuais entre 1913 e 1921, mas está mesmo concentrado entre 1924 e 1926. Ou seja, ele não apenas é um perfeito exemplo de autor pouco expressivo nesta pesquisa, como também suas ocorrências se explicam em função do parcelamento textual do já mencionado trabalho de Trompowsky.

Situação análoga pode ser verificada para o caso de Frederico da Prússia, segundo a construção gráfica disponível no Anexo E, muito embora aqui haja uma ligeira diferença: o monarca foi citado por duas vezes em 1883 e tem outras citações eventuais em 1905, 1909 e 1910. Nem Gustavo Adolfo nem tampouco Frederico II são autores partícipes de um incremento nos assuntos estratégicos que se desenrolam ao longo da década de 1910. Como Maquiavel não está presente na *RMB*, de tudo isso pode-se extrair outra conclusão parcial: tal incremento não obrigou a um exame aprofundado do pensamento militar legado pelos séculos XVI a XVIII, mas de fato se ateuve às transformações intelectivas operacionalizadas em sua própria sincronia. Isso pode ser tomado como um indício da superficialidade teórica desse incremento, mas seria hipótese que exige melhor demonstração.

O caso de Jomini, cuja curva está disponível no Anexo F, é mais instigante. Notoriamente, já era conhecido e manejado no século XIX, quando figura em três ocasiões: 1882, 1883 e 1896. É um autor bastante presente ao longo da década de

1910, do que decorre o fato de que seu pensamento é levado em consideração nesse contexto. Tem importância entre 1916 e 1925, momento que – como se verá – Clausewitz começa a surgir. Entre 1924 e 1926, é bem referido no trabalho “Escritores Militares”, o que explica sua incidência aguda nesses anos. Em seguida, encontra certo equilíbrio decadente nos anos subsequentes, já que é mencionado em 14 artigos durante 19 anos (média de 0,73 artigos por ano).

A curva relativa a Moltke (Anexo G) guarda aproximações com a de Jomini. Pode-se asseverar que o comportamento geral da distribuição de suas presenças na *RMB* tem contornos semelhantes, em que pese Moltke contar com números mais elevados. Após 1927, figura 33 vezes em 19 anos, com uma média relacional mais elevada (1,74), sendo, portanto, citado quase duas vezes por ano. Contudo, quanto mais nos afastamos de 1927, cada vez atinge picos menores. Noutros termos, sua queda após 1924, apesar de não linear, é notória, o que sugere seu ingresso progressivo em certo ostracismo; ou seja, parece ter sido um autor relevante nas discussões em torno da reformulação do pensamento estratégico da Marinha na década de 1910. Uma hipótese (por demonstrar) acerca da incidência relevante de Moltke seria considerar que seus escritos subsidiaram as discussões – tão frequentes naquela altura – em torno do estabelecimento e da manutenção de um Conselho do Almirantado, já com esta denominação em 1907 (CAMINHA, 1989, p. 36).

Clausewitz, um dos autores mais reconhecidos para a história do pensamento militar, figura pela primeira vez na *RMB* em 1911, cerca de oito décadas depois da publicação de sua obra *Da Guerra*. O gráfico delineado no Anexo H exprime sua presença fundamental na década de

1910: uma vez que é recebido, parece bem acolhido em um ambiente em que a política se confunde com a guerra. A partir da década de 1920 declina, exceto no período excepcional de 1924-1926, mas não é abandonado, na medida em que adquire alguma constância no período de 1927 a 1945, sendo referido em 19 artigos, portanto com média de uma vez por ano.

Neste último momento desta seção, analisam-se os comportamentos das curvas dos três autores vinculados a uma estratégia marítima. O primeiro deles é Mahan, que é referido pela primeira vez, eventualmente, em 1892 (Anexo I). Na *RMB*, Rui Barbosa trata da obra de Mahan com um pouco mais de vagar em 1895. Isso significa que a recepção das ideias mahanianas foi relativamente célere no Brasil, já que *The influence of sea power upon history* foi publicado em 1890. Apesar de ser citado pela primeira vez somente na última década do século XIX, ainda obteve 11 registros, suplantando as referências a Jomini e a Moltke, a quem ultrapassa em quase 100%.

Ao reverso dos demais autores, que se proliferam nos temas da revista somente na década de 1910, Mahan já conta com números expressivos a partir de 1902: apenas em dez anos (1902-1912) é referido 35 vezes, mais do que todas as referências existentes para Corbett no intervalo total elegido, 1851-1945. Isso leva a pesar o impacto das concepções de Mahan para a elaboração dos programas navais de 1904 e de 1906. A partir de 1912, Mahan torna-se um dos protagonistas da transformação nos assuntos de estratégia dispostos na *RMB* na década de 1910. Não alcança seu ápice em 1924, a exemplo do que ocorreu com Moltke, provavelmente porque o autor de “Escritores Militares” era marechal de Exército, naturalmente mais afeto a autores empenhados em

discutir operações militares terrestres. Essa conjectura, ainda por se demonstrar, corrobora-se pelas poucas referências a Corbett e Castex, autores da estratégia marítima, nesse mesmo intervalo 1924-1926, em contraste com os pontos extravagantes encontrados para Frederico II, Jomini, Clausewitz ou Moltke.

Seguindo os mesmos parâmetros já adotados para os anos posteriores a 1927, marco de declínio para outros autores, Mahan é citado 48 vezes, obtendo-se uma média de mais de 2,5 vezes por ano, a maior de todas. Também não há tendência ao declínio, apesar de alguma irregularidade identificável. Na comparação com Moltke (Anexo J), o segundo autor mais recorrente da revista, percebe-se como Mahan conserva taxas bem mais elevadas.

Em síntese, dessas considerações acerca da presença de Mahan, pode-se afirmar que é o autor mais importante da *RMB* nessa centúria. Suas ideias circularam desde 1902, alçaram seu ápice em 1916 e, depois, encontraram alguma estabilidade, conservando a maior média referência-ano verificada. Mas tal constatação merece, ainda, ser sublinhada a partir desta perspectiva: Mahan é o estrategista naval por excelência dos Estados Unidos. Sua obra posiciona a guerra como um movimento subordinado à política e defende abertamente a ofensiva e o pleno domínio do mar, como meios indispensáveis à hegemonia comercial e ao imperialismo. Mahan asseverou o estabelecimento de portos e bases em terra, para dilatar o emprego das forças navais, ampliando sua autonomia. Advogou pelo domínio norte-americano do Caribe e do Pacífico e, como ele próprio escreveu em 1901, era um imperialista “convertido” desde 1885. Crowl (2015) considera que sua obra, no limite da análise, compreende a história como a “manifestação de um plano divi-

no ordenado”, que pretendia viabilizar o “fardo do homem branco” e que, assim, tinha de civilizar a humanidade a partir de uma “força espiritual regenerativa”, o cristianismo. Já nos termos de Masson (2002, p. 52), o poder naval mahariano constituiu a expressão de um determinismo geográfico, demográfico, econômico e de uma vontade política. Perante tudo isso, sua recepção positiva no Brasil e o desenrolar de uma corrida naval na Argentina, no Chile e no Peru exigem análises futuras mais detidas<sup>5</sup>.

Em franco contraste, ao contrário do que se poderia inicialmente supor, a presença de Corbett é pífia, como indica o Anexo K. Não custa insistir que Corbett estava preocupado com o uso do mar e sua negação, não com uma ofensiva deliberada que pudesse garantir as pretensões de pleno domínio. A “esquadra em potência”, concepção estratégica que deriva em grande medida de sua obra, pressupõe conter ou distrair o inimigo. Ainda que conte com alguma projeção em 1929 – pontualmente nesse ano, é mais do que 100% incidente na comparação com Mahan – e depois em 1934, o autor parece bastante secundário nas discussões travadas na *RMB*. De modo geral, uma hipótese a perseguir é que a ausência de Corbett reafirma a inclinação para o pensamento de Mahan. Castex (Anexo L) tem tendência de crescimento linearizado a partir de 1911, atingindo seu melhor desempenho nas edições constituintes do ano de 1940.

## ARTICULISTAS

A última seção deste artigo se ocupa de algumas indicações acerca dos articulistas que escreveram na *RMB* sobre o pensamento militar-naval. O que se percebe é

que a redação acerca desses temas esteve a cargo de poucos autores. Alguns, pela sua recorrência, merecem ser elencados. Augusto Vinhaes, por exemplo, é um dos mais ativos a partir de 1904, tendo publicado trabalhos até 1941. Exerce papel decisivo na década de 1920, em conjunto com Raul Tavares, ativo entre 1900 e 1943, recém-estudado por Rafaelle Torres (2023). José Roberto da Costa e, principalmente, Muniz Barreto e Armando Burlamarqui são muito frequentes na década de 1910, mas publicaram até o início da década de 1930. Lucas Boiteux é outro escritor relevante nos anos 1920, sendo sua atenção mais preocupada com o exercício de aplicação de preceitos teóricos na produção historiográfica, do que resultam habituais anacronismos. Dídio Iratim Afonso Costa e Carlos Penna Botto são os autores mais notáveis no final da década de 1930 e início dos anos 40. A produção de alguns poucos autores trouxe presença de temas teóricos para a Marinha. Durante as décadas seguintes, os temas relacionados a história e estratégia permanecem objeto de reflexão de poucos oficiais (ALMEIDA, 2012).

É conveniente destacar a presença de articulistas estrangeiros, já indicados acima, principalmente após o estabelecimento da chamada Escola Naval de Guerra. Nesse sentido, por exemplo, William Laird Clowes escreveu sobre a “Evolução do cruzador de combate”, em 1915. Nesse mesmo ano, Philip Williams, instrutor norte-americano daquela escola, publicava “Notas sobre o estudo da tática naval” e dissertava, noutro artigo, acerca dos sentidos estratégicos de se “Examinar a situação”. No ano seguinte, Austin Knight examinava o “Adestramento para o comando na guerra” e, em 1917, Bradley

5 Serão realizadas em uma próxima etapa desta pesquisa.

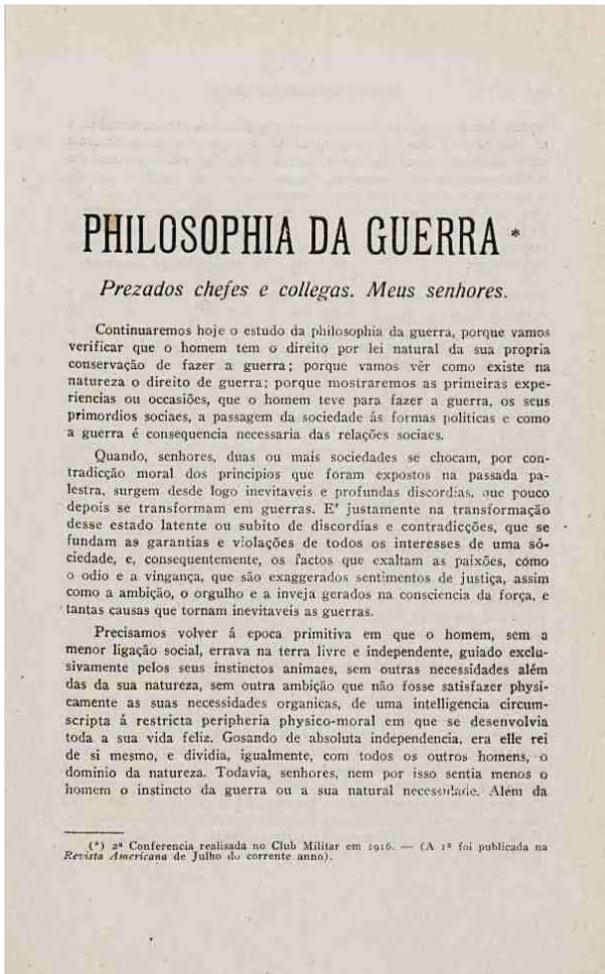


Figura 4 – Texto do articulista Raul Tavares publicado em 1917

Fiske publicava um artigo intitulado “Estratégia naval”, enquanto Dudley Knox analisava o “Problema geral da guerra naval”. Quando findava a Primeira Guerra, Theo Vogelgesang assinava um texto na *RMB* intitulado “Posição relativa à arte da guerra”. Em 1920, Ernle Drax e Arthur Pollen redigiam, respectivamente, sobre “Educação naval” e “Marinha em ação”. A partir dos anos 1920, a presença de estrangeiros envolvidos com temas de estratégia é cada vez menos perce-

bida. Infere-se, portanto, que os anos iniciais após o estabelecimento da Escola Naval de Guerra trouxeram contribuição à *RMB*.

Além dos estrangeiros, os cursos dessa escola também oportunizaram a publicação e disseminação das próprias teses ali desenvolvidas. Tal iniciativa, contudo, parece ter se restringido às intenções do ano de 1919, já que depois somente podem ser percebidas, de modo eventual, em 1934. De toda forma, na edição do primeiro trimestre de 1919, Armando Burlamarqui, catedrático da Escola Naval, publicou sua tese sobre as relações entre política e guerra; na edição seguinte, essa publicação se completava com um estudo sobre os princípios e prática da estratégia. Em outubro desse mesmo ano, era Pedro Manot Serrat que desenvolvia o tema da tática naval, também perscrutado anteriormente no curso da escola. Noronha Santos desvelava as questões logís-

ticas, em geral pouco presentes na *RMB*. Depois de largo período de interrupção, Penna Botto, em dezembro de 1934, publicizava sua tese sobre o “Curso de comando”, ao que parece submetida ao exame da Escola de Guerra Naval cerca de um ano antes.

Em suma, graças a esses e outros poucos autores, pode-se considerar que houve uma circulação de informações relacionadas à estratégia e à doutrina nas páginas da revista. Pelas fontes primárias

elencadas para esta pesquisa, não é possível avaliar, no entanto, a amplitude ou o impacto dessas ideias, ou como foram consumidas de maneira pormenorizada na Marinha. De todo modo, como o número de autores é restrito, ou esse saber estava monopolizado por eles – hipótese que parece mais provável – ou, então, ao contrário, o saber era pulverizado, e a cultura escrita não devia ser considerada um dos instrumentos mais eficazes para a promoção dos debates. Depois, outra conclusão parcial é a de que os textos que produziram, mesmo que contassem com leitores assíduos, só impactaram as próprias páginas da *RMB*, deslindando um certo caráter endógeno; isto é, foram criticados, reiterados ou esmaecidos a partir da pena desse restrito grupo de autores.

## CONCLUSÕES

Este artigo procurou avaliar a presença de autores clássicos de um pensamento militar-naval nas páginas da *RMB*, entre 1851 e 1945. A seleção e a recepção desses autores e de suas ideias no Brasil devem ser pensadas sob um contexto de industrialização e de notória transformação tecnológica. Na pesquisa, foram identificadas não apenas as transformações dos temas de uma estratégia militar na revista, mas também quem eram os tratadistas referidos, seus percentuais de incidência e sua dispersão. Seu método é o quantitativo; como anotou Charles Tilly (1974, p. 108), “a estatística não substitui o pensamento, mas o agudiza”.

A análise dos dados permitiu demonstrar que não houve uma evolução

quantitativa das discussões em torno do pensamento estratégico-militar nas páginas da revista após a década de 1910. É nessa década que ocorre algum esforço de profissionalização da Marinha, que se traduz, neste contexto, principalmente pela aquisição de navios modernos e de submarinos, estabelecimento de instituições de ensino e pela própria Primeira Guerra Mundial. A recepção de autores estrangeiros nos volumes da *RMB*, bem como a publicação de teses desenvolvidas na Escola Naval de Guerra, mormente no ano de 1919, é um indício de que sua criação está vinculada ao contexto de profissionalização em lide. Por outro lado, não apenas inexisteu um incremento linear das

discussões em torno do pensamento militar-naval, como também tais discussões não revisitaram com densidade as ideias sobre a guerra tecidas entre os séculos XVI e XVIII.

Mahan é o autor mais relevante para o pensamento naval brasileiro, enquanto

Corbett tem presença mitigada. Mahan, recebido já em 1892, rapidamente se tornou lugar comum nas discussões sobre estratégia. Ele é prevalente entre 1911 e 1945, marco cronológico final para esta pesquisa. A novidade conferida às obras de Mahan e de Clausewitz parece ter sido contrastada e sublinhada com o pensamento de Jomini e de Moltke, autores que declinam nas décadas de 1920 e 1930. A recepção de suas ideias, relativamente bem superior a outros autores, recomenda a necessidade de se examinarem com mais cautela as relações entre a Marinha e a política externa brasileira naquilo que se refere às teses de

**Graças a poucos brasileiros, a Marinha pôde dispor de reflexão sobre a episteme da guerra. Ainda será necessário, todavia, mensurar o impacto de sua repercussão**

cariz imperialista, em voga naquela altura. As mudanças doutrinárias que se passavam nos assuntos militares eram reconhecidas pelos autores brasileiros que a introduziram na *RMB*, como indicam os próprios títulos de seus artigos.

De outra parte, poucos foram os autores brasileiros debruçados sobre esses temas. Mas sua produção explícita intenção de demarcar as reflexões intelectivas

da Marinha, posicionando-a como uma instituição partícipe das tendências internacionais. Graças a poucos, a Força pôde dispor de reflexão sobre a episteme da guerra; sua natureza, filosofia e teorização de princípios; elementos e conceptualização orgânica; organização, condução e dinâmica; e mormente sua finalidade. Ainda será necessário, todavia, mensurar o impacto de sua repercussão.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

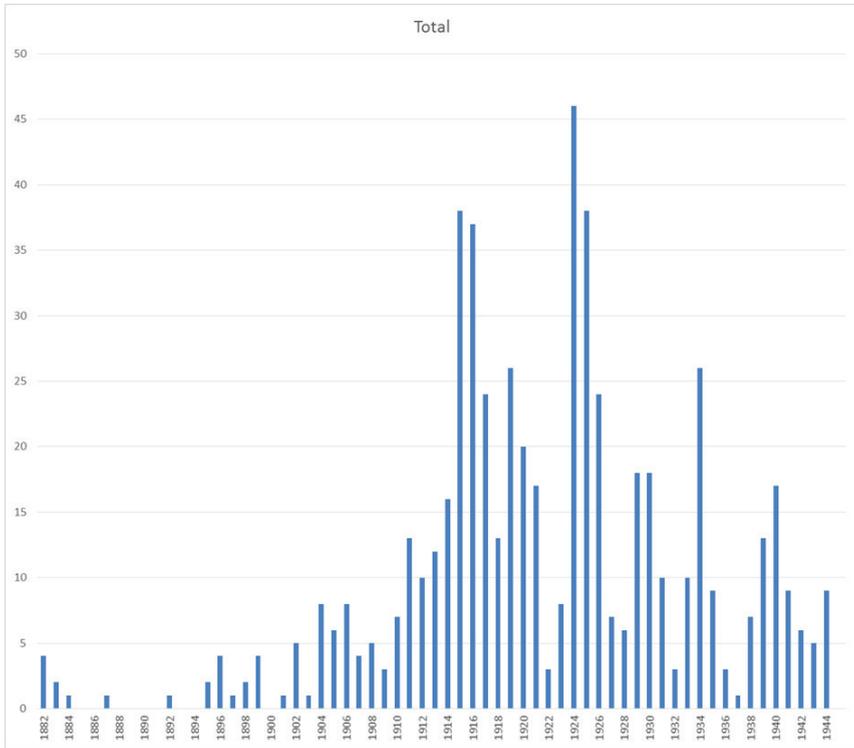
<ADMINISTRAÇÃO>; Revista Marítima; Publicação; Publicação Editorial;  
<PSICOSSOCIAL>; Revista Marítima Brasileira; Publicação;  
<INFORMAÇÃO>; Publicação;

### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Martim de. *Maquiavel e Portugal. Estudos de História das Ideias Políticas*. Lisboa: Alêtheia, 2007.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. “A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012)”. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 3, pp. 30-64, 2012.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. “Escola Naval de Guerra, 1914”. *Revista do Centenário da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, pp. 15-23, 2014.
- ARIAS NETO, José Miguel. “Revista Marítima Brasileira – 1851-1855: um projeto de Marinha para o Império do Brasil”. In: RESTIER, Renato; LOUREIRO, Marcello *et al.* (orgs.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, pp. 116-139.
- ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese (doutorado em História). São Paulo: USP, 2001.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. “Pensamento naval e a *Revista Marítima Brasileira*”. *Revista Marítima Brasileira*. SDM, Rio de Janeiro, v. 136, n. 07/09, pp. 69-73, 2016.
- BLIN, Arnaud & CHALIAND, Gérard (org). *Dictionnaire de stratégie*. Paris: Perrin, 2016.
- BONAPARTE, Napoleão. *Sobre a Guerra*. Organização de Bruno Colson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BRASIL. *Revista Marítima Brasileira*. Volumes de 1851 a 1945. Rio de Janeiro: SDM.
- CABRAL, Ricardo. “Um estudo histórico sobre a guerra”. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & LEÃO, Karl Schurster Sousa (org.). *Por que a guerra?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 253-294.
- CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização do Ministério da Marinha na República*. (Vol. 36). Brasília: Funcep, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 3ª Ed. São Paulo: Forense, 2011.
- CESAR, William Carmo. *Uma história das guerras navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do poder naval ao longo dos tempos*. Rio de Janeiro: Femar, 2013.
- CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Amérique aux XVIe et XVIIe siècles*. Paris: Flammarion, 1977.

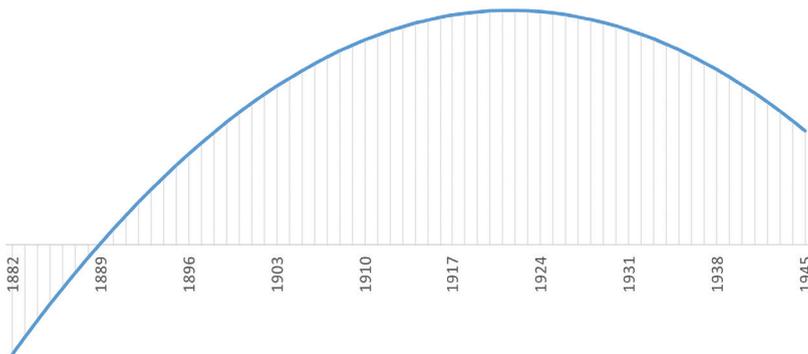
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORVISIER, André (org.). *Dictionnaire d'Art et d'Histoire Militaires*. Paris: PUF, 1998.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- CROWL, Phillip A. "Alfred Thayer Mahan: o historiador naval". In: PARET, Peter (org.). *Os construtores da estratégia moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015, pp. 270-310.
- KEEGAN, John. *Uma História da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- FRAGOSO, João. "Para que serve a história econômica?" *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 29, pp. 3-28, 2002.
- FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GUIMARÃES, Claudeniz Fernandes. "O Desafio Tecnológico da Marinha do Brasil entre 1860 e 1910". Dissertação (mestrado em Estudos marítimos). Rio de Janeiro: PPGEM-EGN, 2019.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, pp. 5-27, 1988.
- HONES, Trent. *Learning war: the Evolution of Fighting Doctrine in the U.S. Navy, 1898-1945*. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.
- HOWARD, Michael. *Clausewitz: a very short introduction*. Oxford: University Press, 2002.
- MCANN, Frank D. *Os soldados da pátria*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- MAHAN, Alfred Thayer. *Naval Strategy*. Boston: Little, Brown and Company, 1911.
- MASSON, Philippe. *La puissance maritime et navale au XXe siècle*. Paris: Perrin, 2002.
- MANDROU, Robert. "Estatuto científico da História". In: HIGOUNET, Charles *et al.* *História e Historicidade*. Tradução de Ana Isabel Buescu. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 15-33.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Maquiavel brasileiro". In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes & BAGNO, Sandra (org.). *Maquiavel no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, pp. 31-53.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- PARET, Peter. "Clausewitz". In: PARET, Peter (org.). *Os construtores da estratégia moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015, pp. 235-269.
- RESTIER, Renato. *Antítese da Civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- SOBOUL, Albert. "A descrição e medida em história social". In: LABROUSSE, Ernest (org.). *História Social – problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Cosmos, 1967, pp. 25-45.
- SOUZA RIBEIRO, Pedro Henrique de; LOUREIRO, Marcello. "Guerra, cultura e ludicidade: um diálogo entre civilização e barbárie em Clausewitz, Keegan e Huizinga". *Revista de História Comparada* (UFRJ), v. 14, pp. 302-329, 2020.
- STONE, Lawrence. *The crisis of the Aristocracy, 1558-1641*. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- STRACHAN, Hew. *The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge: University Press, 2013.
- TILLY, Charles. "La cuantificación en la historia, vista desde Francia". In: LANDES, David *et al.* (orgs.). *Las dimensiones del pasado. Estudios de historia cuantitativa*. Madrid: Alianza Universidad, 1974, pp. 69-109.
- TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras. Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897)*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- TORRES, Rafaelle. "A tática medíocre e frouxa: concepções de guerra em Raul Tavares e a valorização da logística nas páginas da *Revista Marítima Brasileira* (1910-1919)". *Revista Marítima Brasileira*, v. 143, n. 01/03, pp. 228-239, 2023.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. "A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro". *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, SDM, v. 138 (suplemento), pp. 47-57, 2018.
- WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no século XXI*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

## ANEXO A



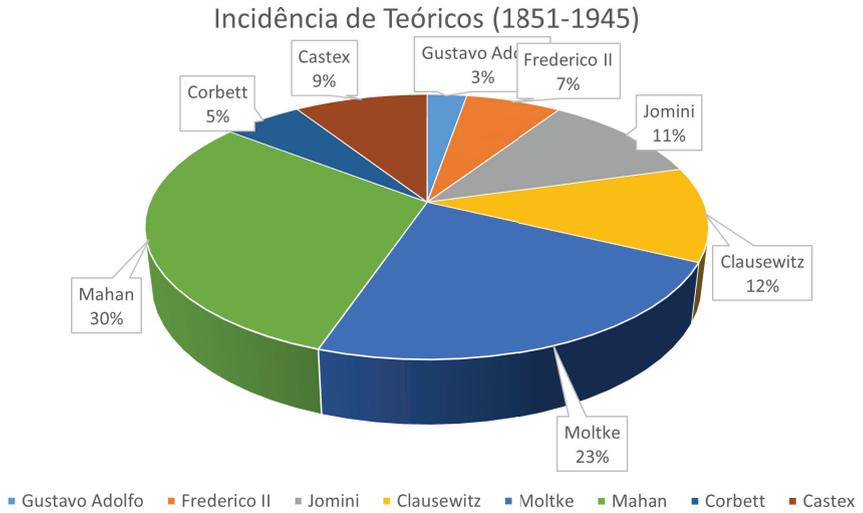
## ANEXO B

**Imagem1. Equação Linear Quadrática do Total de Citações por Ano**

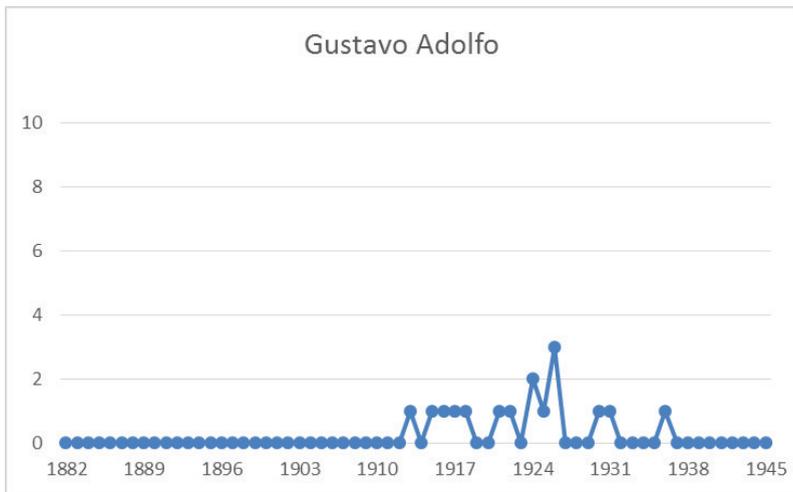


A equação pode ser expressa deste modo:  $Y_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{ANO}_i + \beta_2 \cdot \text{ANO}_i^2 + \varepsilon_i$ , em que  $Y_i$  é o total de citações no ano  $i$ ,  $\text{ANO}_i$  representa os anos de 1882 até 1945, e  $\varepsilon_i$  é o erro que está associado à distância entre o valor observado  $Y_i$  e o correspondente valor estimado  $Y$ , do modelo proposto, para o mesmo nível  $i$  de ANO. O resultado da regressão ( $R^2=0,32$ ) foi significativo para todos os coeficientes a um nível de confiança de 95%, onde  $\beta_0 = -8,101$  (p-valor < 0,022),  $\beta_1 = 1,136$  (p-valor < 0,001) e  $\beta_2 = -0,014$  (p-valor < 0,001).

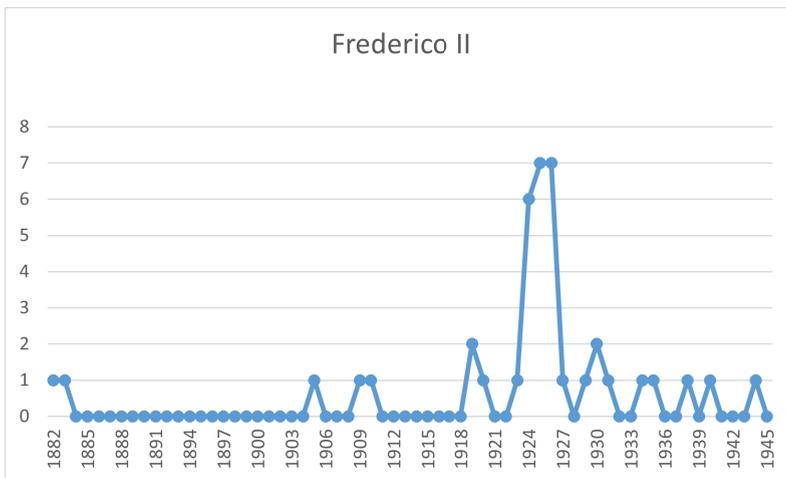
### ANEXO C



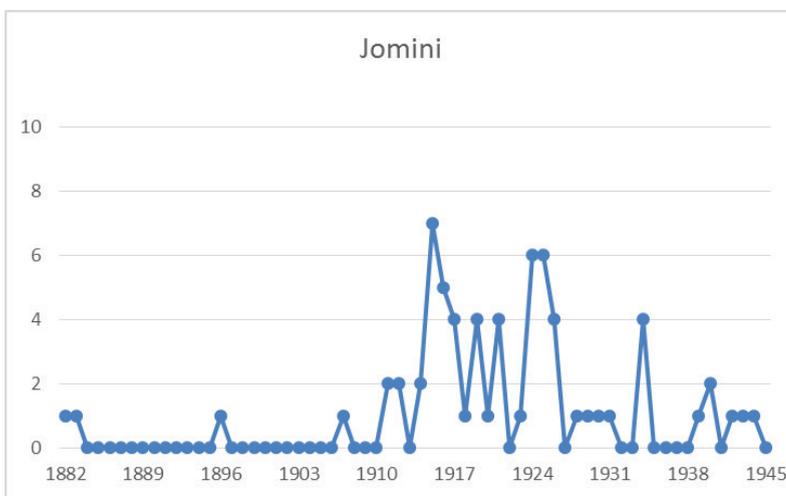
### ANEXO D



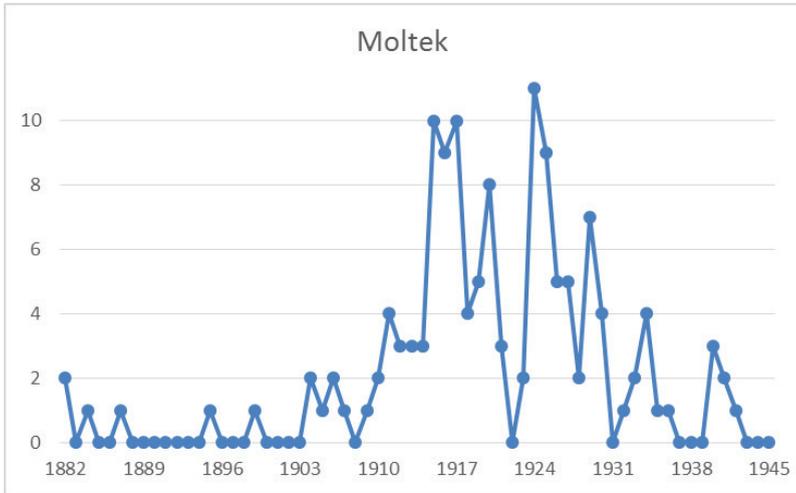
### ANEXO E



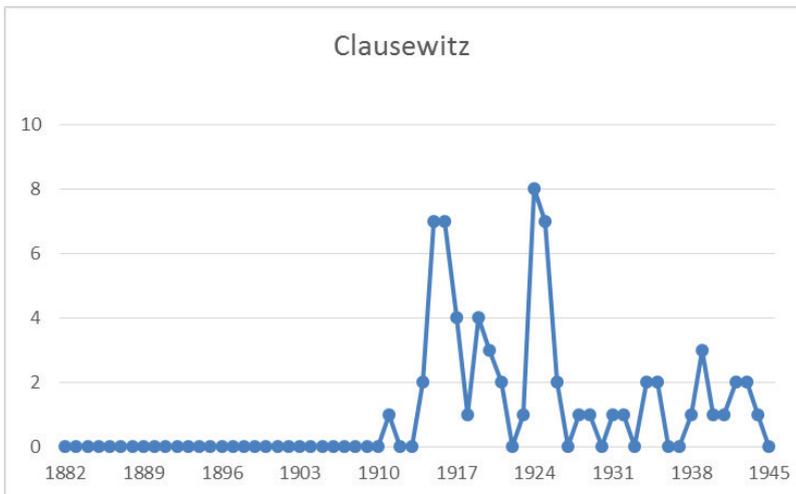
### ANEXO F



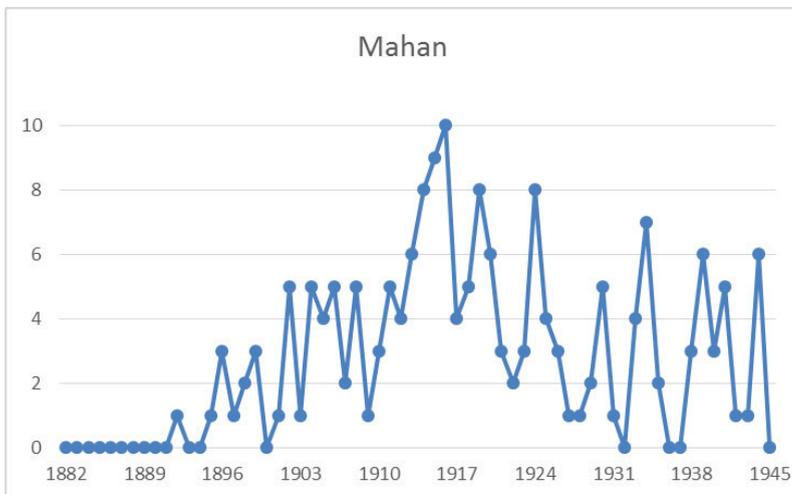
## ANEXO G



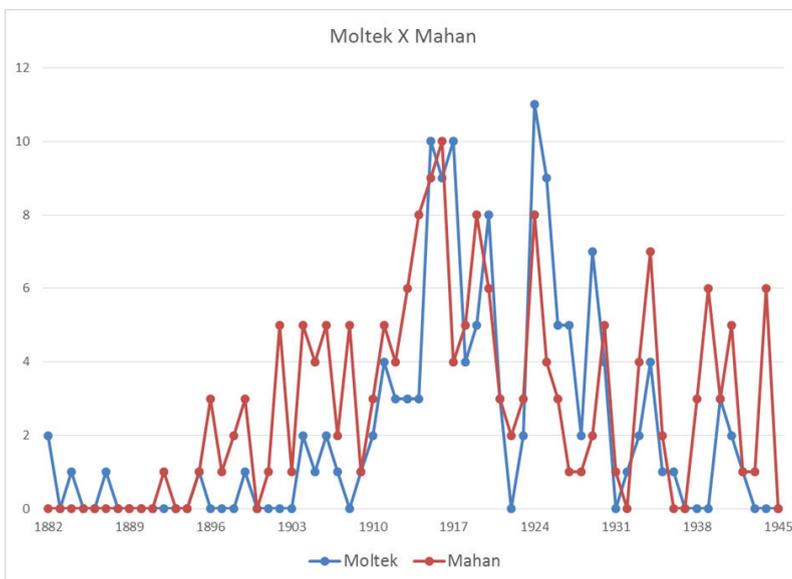
## ANEXO H



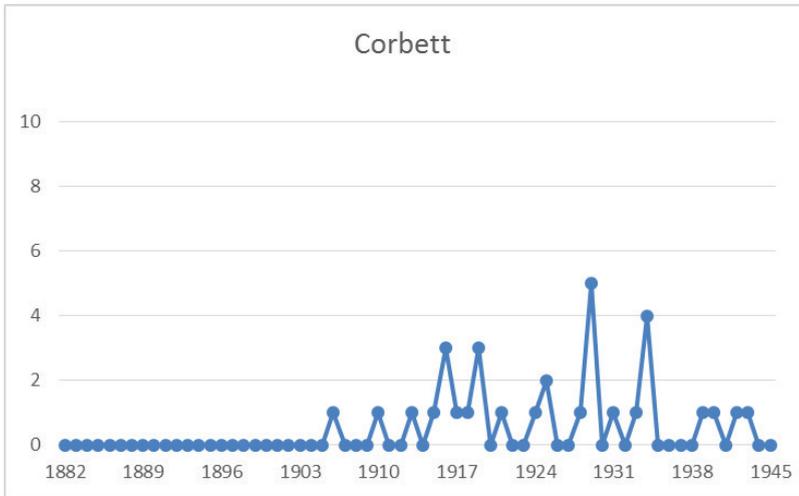
### ANEXO I



### ANEXO J



## ANEXO K



## ANEXO L

